

## PLANO DE ENSINO

<b>DISCIPLINA</b>	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: TEORIA E PRÁTICA								
<b>DOCENTE</b>	FLAVIA BAHIA MARTINS								
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIRELE0135	<b>SEMESTRE</b>	2025.2	<b>PERÍODO</b>	6º/10º	<b>NATUREZA</b>	ELETIVA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	30h

<b>EMENTA</b>	Resumo nominal dos conceitos científicos ou aplicações práticas da disciplina.								
<b>OBJETIVOS</b>	Expressa a principal questão a ser ensinada (meta final do ensino).								
<b>METODOLOGIA</b>	Estratégia de ensino, tipos de aulas, propostas de trabalho etc.								
<b>HABILIDADES</b>  Exigência MEC  CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
		Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
		Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
		Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
		Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
		Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras:								

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA	TEMA
1	HISTÓRICO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO DIREITO COMPARADO E BRASILEIRO.
2	DEFINIÇÕES. PARÂMETRO. TIPOS.
3	MODALIDADES DE CONTROLE. SISTEMAS DIFUSO E CONCENTRADO.
4	O SISTEMA DIFUSO. CARACTERÍSTICAS E APLICABILIDADE.
5	O PROCESSO OBJETIVO.
6	ADI
7	ADC
8	ADO
9	ADPF
10	TEORIAS MODERNAS DO CONTROLE
11	DECISÕES PARADIGMÁTICAS ENVOLVENDO O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.
12	VISÃO GERAL DO CONTROLE CONCENTRADO ESTADUAL.
13	REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.
14	QUESTÕES PRÁTICAS
15	QUESTÕES PRÁTICAS

<b>TRILHA</b>	Advocacia Empresarial
	<input checked="" type="checkbox"/> Carreiras Públicas
	Regulação
	Justiça e Sociedade
	Tecnologias
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	Prova, trabalho e participação em sala.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	<p>Barroso, Luís Roberto. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro - 8ª Edição, 2019, Saraiva.</p> <p>Cunha Jr, Dirley. Controle de Constitucionalidade: Teoria e Prática. 10ª Ed. 2019, Jus Podivm.</p> <p>MENDES, Gilmar Ferreira. Jurisdição constitucional: o controle abstrato de normas no Brasil e na Alemanha. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.</p>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	<p>BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>NOVELINO, Marcelo. Curso de direito Constitucional. 15ª Ed. 2020, Jus Podivm.</p> <p>Mendes, Gilmar e Gonet Branco, Paulo Gustavo. Curso de Direito Constitucional. 15ª Ed. 2020, Saraiva.</p> <p>Neves, Daniel Amorim Assumpção. Ações Constitucionais. Salvador: 5ª Ed. 2020 Jus Podivm, 2020.</p> <p>CAPPELLETTI, Mauro. O controle judicial de constitucionalidade das leis no direito comparado. 2ª ed. Trad. Aroldo Plínio Gonçalves. Rev. José Carlos Barbosa Moreira. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1992.</p>